



Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade

Entrevista com Maria Emília Lisboa Pacheco

“Militância, gênero e soberania alimentar”

Concedida a Revista IDeAS

Maria Emília Lisboa Pacheco é antropóloga, assessora da FASE¹ e, foi reconduzida em maio de 2014 para um novo mandato na presidência do CONSEA. Nesta entrevista², que dá continuidade à série que a Revista IDeAS vem apresentando, ela trata de questões intimamente ligadas aos temas do desenvolvimento, agricultura e sociedade no Brasil, a saber: a segurança alimentar e nutricional, soberania alimentar, agroecologia e os espaços de participação social alcançados nos últimos anos.

A trajetória de Maria Emília permite ver os caminhos pelos quais o tema da fome, da agricultura, do desenvolvimento rural, entre outros, passaram para chegar hoje a um novo patamar histórico no país –

¹ Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional.

² Embora a entrevista tenha sido concedida em 2012-2013, a mesma foi mantida por retratar temas permanentemente atuais.

ressalte-se que, em 2014, segundo dados da FAO, o Brasil saiu do Mapa Mundial da Fome. Além disso, sua trajetória militante nos apresenta um breve panorama dos espaços da sociedade civil no país no período pós-ditadura militar. Maria Emília concedeu a entrevista à Revista IDeAS em meados de 2013, com atualizações em 2014. Sua publicação é importante estímulo às questões que norteiam hoje o debate da segurança alimentar e nutricional no país.

Entrevista:

Revista IDeAS: Gostaríamos de iniciar perguntando acerca de sua trajetória, tanto na academia como na atuação profissional, buscando compreender como foram surgindo as questões relacionadas à segurança alimentar e nutricional na sua atuação de forma mais geral.

Maria Emília: Minha formação se iniciou na Faculdade de Serviço Social de Juiz de Fora. Originalmente, então, sou Assistente Social. E, posteriormente, fiz o Mestrado em Antropologia Social no Museu Nacional na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mas entre a conclusão da graduação e a pós-graduação no Rio há uma trajetória. Eu fui militante do movimento estudantil – meu curso de graduação foi entre 1967 e 1970 – e em um dado momento, em plena época da ditadura, estive presa cerca de 30 dias e fui processada, enquanto trabalhava na Prefeitura Municipal de João Monlevade-MG. Ali, no meu primeiro trabalho profissional, fui chefe do Departamento de Serviço Social e Saúde. E um segundo momento, que guarda uma interação com essa causa da segurança alimentar e nutricional, vai acontecer saindo

de João Monlevade. Saí desta cidade porque assumira um novo Prefeito da Arena e fui demitida, pois ocupava um cargo de confiança.

Revista IDEAS: Conte-nos um pouco mais do seu engajamento político na época da ditadura. Como era a questão da militância e da perseguição do Estado naquele período em Minas Gerais?

Maria Emília: Enquanto eu era estudante lá em Juiz de Fora, atuei como secretária e presidenta do Diretório Acadêmico da Faculdade de Serviço Social e militava na organização Ação Popular.

Como disse, ao terminar o curso fui para João Monlevade, onde trabalhei na Prefeitura Municipal. Depois de demitida, fui para Belo Horizonte onde estava sendo implantado o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), no final de 1973. Esta é uma história curiosa. Naquela época havia um debate em Minas sobre que órgão iria sediar o INAN. Havia um interesse tanto da Secretaria de Saúde do Estado como também da Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha (Codevale) que acabou sendo o órgão responsável. Havia também um pouco de pressa para instalar o INAN, pois em outros estados, esse processo estava mais adiantado. Talvez por isso tenham pedido apenas o meu curriculum vitae e o histórico escolar, quando me apresentei como candidata e participei do I Encontro das Representações Estaduais do INAN, na Paraíba. Ao voltar, tendo sido aprovado o meu desempenho, começaram a providenciar minha contratação. Mas era exigida a apresentação do Atestado de Bons Antecedentes e Folha Corrida e eu não tinha esses documentos, porque fora processada, embora tivesse sido absolvida.

Cheguei a ser contratada e trabalhei cerca de um mês, desenvolvendo atividades de diagnóstico para a implantação de programas do INAN junto a Prefeituras do Vale Jequitinhonha. A alegação para a demissão é que os “governantes em Brasília consideravam que eu era persona non grata para o Estado Brasileiro”.

Ao deixar o trabalho do INAN, ainda permaneci dois meses na Codevale, hoje extinta, mas seu presidente também alegou impossibilidade de manter-me nos quadros daquela organização.

Décadas depois, no período em que fui anistiada, tomei conhecimento que havia a hipótese de ser presa novamente, e que haveria novo julgamento em outra instância, que não se confirmou. Foi uma demissão arbitrária. Entretanto, foi interessante e importante ter começado naquele momento um trabalho que se relaciona com a história do próprio Consea. Uma rápida incursão interrompida pela perseguição política.

Revista IDEAS: Poderia falar mais dessa transição do serviço social para a antropologia?

Maria Emília: Claro! Eu tive uma cadeira de Antropologia durante o curso de Serviço Social. Lembro-me do nome da professora: Rosa Stepanenko. Gostei muito. Naquele momento da história também havia uma discussão política muito importante sobre o que representavam as classes sociais no campo, o campesinato. Esse debate se expressava nas organizações de ação política. Na Ação Popular se discutia muitíssimo a revolução chinesa, líamos muito Mao Tsé-Tung. Eu tinha muito interesse sobre o que se passava no campo brasileiro e sobre as teses se

o Brasil era ou não um país feudal, ou capitalista... A gente mergulhava nesses debates e eu me apaixonava politicamente também. Desde aquela época esse era um tema importante para mim, embora meu primeiro trabalho tenha sido na Prefeitura de João Monlevade, uma cidade que não tinha área rural porque ela se emancipou de outro município, tendo considerável extensão da empresa Belgo Mineira.

Algumas reflexões sobre Antropologia Cultural motivaram-me muito e achei que era um bom caminho e me atraía mais que a Sociologia. Também as técnicas da Antropologia com os trabalhos de campo, a etnografia, isso tudo me fascinou. Dessa forma, a conjugação desses fatores foi o que me levou a fazer essa escolha pela Antropologia. Eu já vim para o Rio determinada a fazer o exame no Museu Nacional, na época, inclusive, pensava em voltar para Minas Gerais, mas acabei seguindo a vida por aqui.

Minha primeira experiência como pesquisadora, tendo como orientador o professor Otavio Velho, foi um mergulho no estudo do campesinato. Por coincidência, ele estava coordenando juntamente com o professor Klaas Woortmann da Universidade de Brasília uma pesquisa cujo título era “Hábitos e ideologias alimentares em grupos sociais de baixa renda”. O título é bem próprio daquele período histórico. Não se falava claramente das classes sociais. Todavia era um estudo sobre campesinato e também sobre trabalhadores urbanos. Foi assim que eu fiz a minha primeira incursão pela Amazônia. Bom, então, foi uma coincidência ter voltado a essa temática... Na verdade era um estudo sobre o campesinato em área de fronteira agrícola. E mais: nós estávamos analisando também a maneira como os camponeses produziam, como se reproduziam social e economicamente... Isso foi em 1975. Eu cheguei ao Rio em 1974, quando fiz o exame, mas o curso

começava no ano seguinte. E enquanto aguardava, fiz uma disciplina como ouvinte, com a Professora Lygia Sigaud, sobre metodologia de pesquisa.

Nesse período, tomei conhecimento da existência de organizações da sociedade, que tinham ligação direta com os movimentos sociais no campo e na cidade, e fiquei muito interessada. Foi quando soube do CEDI, uma antiga ONG que se chamava Centro Ecumênico de Documentação e Investigação, que era uma organização bem interessante. Depois ela deixou de existir, contudo dela brotaram outras três: a Koinonia, que é sediada aqui no Rio, a outra é o ISA – Instituto Socioambiental e a terceira, que é sediada em São Paulo e faz um trabalho de educação muito interessante, que é a Ação Educativa. Conheci também técnicos da Fase que estavam no Pará. Naquela época a Fase tinha um escritório em Santarém – e comecei assim a ficar interessada em trabalhar em uma organização dessa natureza. O compromisso da FASE com os camponeses, apoiando sua luta e organização, me entusiasmou. Eu não queria trabalhar no governo, naquela época era a ditadura, nem em empresa, e também não tinha muita determinação em seguir carreira acadêmica. Já naquele momento, começavam discussões sobre como recuperar a vida dos sindicatos, as oposições sindicais... Tudo isso eu fui seguindo, depois vida afora.

Contudo, ao sair do Museu eu fiz uma incursão rápida na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) porque houve naquele período também um convênio bem interessante entre a Fiocruz e a FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), em que se criou um grupo de pesquisa que se chamava PESES – Programa de Estudos Socioeconômicos em Saúde. Eram vários grupos, e inclusive alguns ligados ao movimento na época

pela reforma sanitária. Pessoas como Sergio Arouca estavam nesse grupo de pesquisa, e havia um grupo de antropólogos fazendo um estudo sobre “Saúde e Doença: reprodução da força de trabalho”, que abordava a concepção de saúde e doença entre o campesinato. Assim, eu acabei voltando à Amazônia para participar dessa pesquisa. Foi quando a Fase também constituiu um grupo de pesquisa e queria fazer um estudo em áreas de expansão da fronteira agrícola e áreas em que a fronteira agrícola era considerada fechada, como o caso do Paraná. Fiquei um ano e pouco nesse projeto na Fiocruz.

Mas nesse momento, com a constituição de uma equipe de pesquisa na FASE, passei a integrá-la, em 1978. Participei de duas pesquisas seguidas: “Força de Trabalho Agrícola em Regiões de Fronteira” e “Mudanças nos padrões de consumo e de abastecimento de camadas de população de baixa renda no campo: o caso dos assalariados”, entre 1978 e 1983. Por uma grande coincidência histórica essas pesquisas foram apoiadas pelo INAN, do qual eu havia sido demitida, e pela FINEP. E lá fiquei. Nesse período exatamente havia sido criada a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Quando eu fui para a Fase havia um trabalho importante da CPT no Estado do Rio de Janeiro, visto que aqui havia um grupo de bispos da chamada linha 6 da CNBB, que apoiava esse tipo de trabalho. Eu era então funcionária da Fase, assessora, pesquisadora e junto com outras pessoas, na mesma equipe, começamos a apoiar o trabalho da CPT. Isso fez com que eu comesse a acompanhar de perto os conflitos agrários no sul do estado também: Angra, nas comunidades de Bracuí, Jacuecanga e outros, e também em Paraty. Eu me lembro de que naquela época fazíamos muitos seminários sobre reforma agrária e

escrevi um artigo sobre os conflitos nessa região³. Na Fase fui sucessivamente assumindo várias funções. Em 1988 eu passei a integrar a diretoria da Fase, comecei como diretora adjunta, depois como diretora de programa, e assim foi até 2007. Voltei a ser assessora em 2008.

Revista IDeAS: Podemos considerar então que o olhar para o campesinato e as questões relacionadas à segurança alimentar e nutricional já vinha se delineando antes de sua vinda para o Rio de Janeiro?

Maria Emília: Foi um processo. Quando eu era estudante de Serviço Social gostava muito de ler Caio Prado Júnior, Moisés Vinhas, esses estudiosos... Eu tinha interesse de ler sobre o que se passava fora do Brasil, o que se passava no campo em Cuba, na China, o que tinha sido também o campesinato russo, através da leitura do Kautsky sobre a questão agrária... Isso tudo já me motivava muito antes. Também pela minha origem. Uma historia pouco conversada na família, conta que o primeiro marido da minha avó paterna, que tinha uma pequena propriedade, teria sido assassinado por questões de terra no interior de Minas. E o seu segundo marido, meu avô, teve uma morte trágica no campo. Um acidente com roda de carro de boi. Nesse sentido, existe algo que me liga ao campo desde muito jovem e do ponto de vista teórico-político mais geral é essa construção que foi se dando e que foi se

³ Pacheco, Maria Emilia L. “Processos e transformações no litoral sul-fluminense”. 1º Seminário de Estudos CPT/RJ, Realidade Agrária do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, jan.1983.

amalgamando. Observe: quando fiz aquela incursão rápida no INAN eu fui exatamente para o Vale do Jequitinhonha, para o campo. Depois, trabalhei na pesquisa em área rural na Amazônia e posteriormente acompanhei o que se passava em âmbito rural no Estado do Rio juntamente com a CPT. Minha atuação foi muito voltada para o mundo rural.

Revista IDeAS: *A princípio, quando a senhora inicia o mestrado, a proposta era estudar a questão agrária na Amazônia?*

Maria Emília: Eu tinha muito interesse em conhecer a Amazônia, entretanto não tinha essa definição que seria lá. A definição era que estudaria o campesinato. Eu cheguei com essa determinação. Como eu tinha interesse pela Amazônia, isso me fez aproximar mais do professor Otavio Guilherme Velho porque era sua área de estudo. Naquela época, ele já havia divulgado sua pesquisa de mestrado que foi feita em Marabá, “Frentes de Expansão e Estrutura Agrária” e “O Capitalismo Autoritário e Campesinato” estava sendo editado.

Revista IDeAS: *Qual era o foco de atuação da Fase quando a senhora iniciou sua atuação na mesma?*

Maria Emília: Quando eu entrei para a Fase, havia equipes no Pará, no Maranhão, em Pernambuco, depois em Alagoas, Ceará, Espírito Santo, todas trabalhando em áreas rurais. No Rio Grande do Sul era só trabalho urbano em bairros e com operários. Eu era assessora com as

equipes da área rural. Então eu comecei a conhecer as várias regiões. A Fase teve um papel muito ativo nesse período da luta pela redemocratização, no apoio à organização no campo. Acho que qualquer pesquisa no Brasil que fale sobre o sindicalismo no campo tem alguma referência na Fase. Fruto desse trabalho, muitas vezes em parceria com a Igreja Católica, nasceram muitas oposições sindicais e algumas se constituíram em referência histórica. Todo esse período da luta sindical, o surgimento da Central Única dos Trabalhadores (CUT), a criação do Departamento Nacional Rural (DNR) da CUT, todos esses passos a Fase acompanhou muito de perto e quem estava lá trabalhando, como eu, estive sempre engajado nesses apoios, nesse diálogo, apoiando e promovendo atividades de formação. Isso foi bastante forte durante esse período todo de 1980/90.

Revista IDeAS: *Quem mais participava das equipes de trabalho da Fase nessa época?*

Maria Emília: O Jean Pierre Leroy veio de Santarém para compor a equipe de pesquisa naquela ocasião, em 1977. O diretor da Fase que era o padre canadense Michel Rousseau estava deixando a direção da Fase e ia voltar para o Canadá, e Jean Pierre foi indicado para ser o novo coordenador nacional da Fase. Com a decisão dele de aceitar esse cargo, o lugar na equipe de pesquisa ficou vazio e eu assumi essa função. Eu tinha conhecido o Jean Pierre lá em Santarém. Comigo nessa equipe de pesquisa estavam também o Jorge Eduardo Saavreda Durão que também é uma pessoa que vem da militância. A Fase, a partir de um determinado momento, recebia pessoas que vinham da militância, da

igreja progressista, de organizações de vários matizes políticos. Também na pesquisa estava a Leilah Landim Assumpção, que é uma antropóloga professora da UFRJ, o Ricardo Abramovay, quando o trabalho se desdobra para o estudo de assalariados, o José Eli da Veiga participou também. E tinha pessoas da própria Fase, Humberto Cunha que era lá da Amazônia. Mas, tanto eu como Jorge e Leilah tínhamos vindo do Museu Nacional. Era essa a equipe. Naquela época, como nós trabalhávamos junto com a CPT, tínhamos uma interação grande com o Thomaz Miguel Pressburger, advogado especialista da questão agrária, do direito agrário, e, com seu trabalho e com o apoio da Fase, surgiu uma entidade chamada AJUP – Apoio Jurídico Popular que reunia vários advogados com a perspectiva do trabalho popular. Era um período de uma grande mobilização de núcleos de advogados progressistas que trabalhavam a questão agrária e que tinham desenvolvido seus estudos praticamente sozinhos ou nesses núcleos de estudos que organizavam, já que na universidade não se falava muito na questão agrária nesse período.

Revista IDeAS: Como a Fase tratava a questão de gênero? Qual foi seu envolvimento com esse tema a partir da sua atuação na organização?

Maria Emília: Essa é uma questão interessante porque a Fase não tratava do tema e nem eu. É bem interessante porque eu sou de uma geração que apostava que as grandes mudanças na sociedade socialista resolveriam essas contradições, garantiriam a superação das formas de subordinação da mulher. Eu me lembro de que foi então no final da década de 1980 que nós começamos a pensar sobre outras formas de

subordinação que não eram atravessadas pela luta de classe. A leitura do texto de Joan Scott sobre “Gênero – Uma categoria útil para análise histórica” foi muito importante naquele momento. Estava nascendo a Associação Brasileira de ONGs, a Abong, e isso contribuiu para interação com organizações feministas como: SOS Corpo, a SOF – Sempre Viva Organização Feminista. Tivemos as primeiras discussões sobre as várias formas de subordinação das mulheres e as desigualdades de gênero. Iniciamos, então, um programa conjunto apoiado por uma organização de cooperação internacional, Novib, com as seguintes Ongs: a Fase, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), o Centro Luiz Freire (CCLF), com o apoio do SOS Corpo. Foi a partir desse momento, com esse programa de formação em gênero, que a Fase começa a refletir sobre as formas de subordinação das mulheres e desenvolver ações político-educativas para a superação das desigualdades – tanto no campo como na cidade. E isso foi gerando várias iniciativas. Como a Fase tem também um Fundo de Apoio a Pequenos Projetos, foi decidido que uma parte desses fundos seria destinada aos grupos de mulheres, e isso foi bastante importante porque, com as mudanças de orientação na cooperação internacional, faltavam recursos para ações de organização das mulheres. Naquela época, não existiam outros fundos como hoje: aqui no Rio de Janeiro, por exemplo, tem o fundo Ângela Borba; hoje existe uma Secretaria de Políticas para as Mulheres. Estou falando de um tempo em que não tinha nada disso.

Revista IDeAS: *É também nesse período que começam a surgir os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais no Brasil, certo?*

Maria Emília: Naquela época era a ANMTR – Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais. A Fase contribuiu muito para a renovação do movimento sindical, mas a Fase não está na origem da formação da ANMTR. Por outro lado, a Fase ajudou a criar grupos e associações de mulheres no âmbito local e regional, como o Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense (MMNEPA) e apoiou também a criação da Rede de Mulheres Empreendedoras Rurais da Amazônia. Nessa ocasião, aconteceram muitos debates no interior da Fase. É desafiador enfrentar a questão das desigualdades de gênero, em organizações mistas, porque isso significa uma mudança no comportamento, uma mudança de valores, e é um engajamento que requer um envolvimento em vários níveis da vida. Algumas vezes fizemos análises bem interessantes porque nos demos conta de que grande parte das equipes era coordenada por mulheres, enquanto nas coordenações regionais estavam os homens. Facilmente chegamos à conclusão de que o poder de coordenação das equipes era pequeno. À medida que a Fase foi incorporando essa perspectiva, a análise começou a ficar muito presente tanto do ponto de vista da percepção sobre como se manifestam as relações de poder na instituição e nas organizações do campesinato e nas organizações nos bairros. Com isso, alguns instrumentos de diagnóstico, por exemplo, foram se modificando, não só na Fase, mas em organizações que trabalham na perspectiva agroecológica. Os agrônomos, mesmo as agrônomas, chegavam a uma propriedade e os chamados diagnósticos rurais participativos não necessariamente envolviam as mulheres na mesma proporção que os homens. Por exemplo, eu me lembro de um debate de sobre sementes crioulas em que nós acabamos percebendo que a ausência de participação das mulheres, impedia identificar que algumas variedades, que se supunham já erodidas, existiam, mas elas eram escolhidas

exatamente para alimentação, para cozinhar. E à medida que as mulheres passaram a ser convidadas para esses espaços vieram à tona outros descritores sobre as variedades das espécies. Vamos dizer, então, que o debate foi ganhando lugares diferentes dentro do trabalho, dentro da dinâmica institucional. Ainda temos muitos passos a trilhar. A Fase acaba de passar por uma avaliação e foi visitada uma das áreas de trabalho que a avaliadora considerou muito interessante grupos de mulheres acessando o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional Alimentação Escolar (PNAE), porque é uma das nossas prioridades, contribuir para a auto-organização das mulheres e a sua autonomia econômica. As mulheres vão se organizando no campo e, para vencerem essa batalha tão pesada na sociedade patriarcal, é importante ter direito ao controle do seu próprio recurso, ter uma conta bancária. Enfrentar a divisão sexual do trabalho não é fácil. As mulheres têm liderado processos de transição agroecológica em muitas regiões do Brasil sobre os quais precisamos fazer um estudo mais minucioso na Articulação Nacional de Agroecologia. Mas a violência contra as mulheres também aí se manifesta na forma de violência contra o patrimônio. Muitas vezes, elas iniciam os processos de transição e depois os homens chegam e jogam veneno na área cultivada.

Revista IDeAS: Tendo já passado pelos temas do campesinato, do gênero, gostaríamos de tratar do surgimento das questões relacionadas à segurança alimentar. Como o cenário da época configura essas questões, que hoje vão ser dialogas com a agroecologia, por exemplo?

Maria Emília: Bem, situando no tempo, a Fase, sob a direção do Jean Pierre Leroy, acolheu a proposta de abrigar um projeto que se chamava Projeto de Tecnologias Alternativas. Este projeto inicia um processo de levantamento das experiências já existentes no país com tecnologias alternativas. Passamos por um longo período que podemos chamar de organizacionista ou movimentista. Por isso, quando surge o Projeto de Tecnologias Alternativas (PTA) na Fase, perguntava-se em que medida dar um tratamento à questão tecnológica não significa novas formas de apropriação do que o campesinato produz? Mas foi muito importante ter esse projeto dentro da Fase porque eu acho que ajudou a arejar um pouco mais a percepção sobre os vários desafios do trabalho com o campesinato. Lembro-me de um artigo da Regina Novaes chamado “Dissolver a Neblina”, que problematizava o debate sobre a ideologia pequeno-burguesa do campesinato. Havia, então, uma visão que não enxergava o que representava a luta econômica do campesinato. Esse projeto contribuiu para uma leitura política da economia, a meu ver. Nasceu com a inspiração de que era preciso encontrar uma alternativa diferente dos caminhos que a chamada Revolução Verde impunha. Esse projeto foi dando, então, origem a novas dimensões do trabalho com o campesinato e dialogando com outros teóricos da América Latina, e foi pavimentando o caminho da construção social da agroecologia. Estou falando dos idos de 1983. Depois o projeto se autonomiza. E foi só nos anos 2000 que criamos a Articulação Nacional de Agroecologia, da qual faço parte no Núcleo Executivo. O projeto PTA nasce na Fase, mas a rede PTA não chega a incorporar a Amazônia, nem o Centro-Oeste onde predominavam as equipes da Fase. O projeto PTA vai se formando como rede a partir das interações com organizações principalmente no Nordeste, Sudeste e Sul. Depois, com a criação da Articulação Nacional de Agroecologia, vão se agregando outras organizações e movimentos

nas dinâmicas regionais. Eu me incluo entre aqueles e aquelas que compartilham da visão de que no Brasil a agroecologia é ciência, prática e também um movimento.

Quanto ao debate sobre segurança alimentar, soberania alimentar, direito humano à alimentação: isso tudo vai chegando por outras vias. Quando Betinho liderou a campanha da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, havia uma visão muito voltada para o combate à fome mesmo. Nós, da Fase, participamos desde a primeira Conferência Nacional de Segurança Alimentar, em 1994. Naquela conferência, eu fui chamada para ser sistematizadora exatamente do debate sobre a questão agrária. Na minha trajetória, de fato, eu sempre estive muito ligada a esse tema. E foi através do Fórum Brasileiro de Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional (FBSSAN), em que representei a Fase desde o início, que cheguei ao Consea, que foi recriado pelo presidente Lula, em 2003. O primeiro presidente, a partir desse período, foi o sindicalista Luis Silva, do ABC Paulista, da CUT. Seu sucessor foi Chico Menezes. Eu cheguei em 2004 quando foram convidadas algumas pessoas ligadas a fóruns, a articulações. Coordenava uma comissão temática sobre produção e abastecimento. Continuei na gestão seguinte e, em 2012, o próprio FBSSAN me indicou para a presidência e tive o apoio dos movimentos sociais. Talvez tenha sido um dos momentos mais emocionantes da minha vida profissional: o dia em que eu fui indicada, não o dia da posse. A posse é um momento formal, a gente já espera o dia da posse, tem que dar o recado. Mas foi o dia da indicação na Plenária do Consea, porque ali, depois da fala do FBSSAN, foram se levantando os representantes das organizações dos movimentos no campo Contag, Fetraf, Via Campesina, movimento indígena, e outros representantes de articulações e fóruns. Acho que foi

um dia em que eu talvez tenha passado em revista a minha história, e percebido que é uma história de interação com os movimentos sociais.

Mas, ao mesmo tempo, que participávamos no Fórum, começamos a mobilizar o primeiro Encontro Nacional de Agroecologia. Digo nós, porque estou falando da Fase. A Vanessa Schottz, nutricionista, posteriormente se tornou assessora da Fase e começamos a tecer a interação entre a agroecologia e a segurança alimentar. Nós constituímos um núcleo dentro do Consea que vinha desse movimento pela agroecologia. Isso foi bem interessante porque, a gente pensa que as construções, as interações estão dadas, mas elas precisam palmilhar às vezes, com muito cuidado, para ir fazendo essas construções. Quando nós, do campo agroecológico, chegamos ao Consea, tínhamos uma visão um pouco parcial da segurança alimentar, uma leitura a partir da produção. A interação no Consea com segmentos da saúde e da nutrição, e outros, ampliou a nossa compreensão. Então, esse diálogo é muito positivo e está em permanente construção, a meu ver. Porque, por outro lado, os segmentos da saúde e da nutrição, ao interagirem conosco, também produzem modificações em sua forma de pensar. Eu me lembro de quando fiz parte de um grupo de trabalho que se chamava “Alimentação Adequada e Saudável”. Naquela ocasião, um debate com representantes da área de saúde era complexo porque o governo queria ativar uma campanha pelo maior consumo de frutas e verduras com o qual, em tese, nós concordávamos. Mas eu era do grupo que se perguntava: “Mas vamos consumir mais verduras e legumes contaminados com agrotóxicos?” Isso suscitou um bom debate. Porque há uma leitura da nutrição que pensa muito na contaminação biológica e não na contaminação química ou, pelo menos, era assim naquele momento. Posteriormente, em 2007, na III Conferencia Nacional de

Segurança Alimentar e Nutricional, foi firmado um conceito bastante amplo⁴. Então, essas interações vão produzindo um resultado bastante rico e positivo. Em 2006, com a Lei Orgânica da Segurança Alimentar, já havia sido definido o conceito de segurança alimentar e nutricional no Brasil bem abrangente⁵. Esse foi um momento bastante importante, que significou a confluência das visões, dos vários segmentos: do campo agroecológico, da saúde, da nutrição, das dos movimentos do campo e da cidade. Acho que essa confluência é muito importante. Isso não significa que a gente viva em um país onde exista uma soberania alimentar, é diferente. Mas o conceito e sua abrangência dialogam em alguns aspectos e isso é interessante. Da mesma forma como é importante, no caso brasileiro, ter incluído no conceito a dimensão nutricional, que não é tão clara no conceito de soberania alimentar. Então, considero que tem um processo político em construção nessas interações.

⁴ Conceito de alimentação adequada e saudável: “A realização de um direito humano básico, com a garantia ao acesso permanente e regular, com a garantia ao acesso permanente e regular, de forma socialmente justa, a uma prática alimentar adequada aos aspectos biológicos e sociais dos indivíduos, de acordo com o ciclo de vida e as necessidades alimentares especiais, considerando e adequando quando necessário o referencial tradicional local. Deve atender aos princípios da variedade, qualidade, equilíbrio, moderação, e prazer, sabor, às dimensões de gênero, raça e etnia, e às formas de produção ambientalmente sustentáveis, livre de contaminantes físicos, químicos e biológicos e de organismos geneticamente modificados. Relatório Final da III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Brasília, 2007, pag. 31.

⁵ O conceito de Segurança Alimentar e Nutricional, abrange a ampliação das condições de acesso, por meio da produção, em especial da agricultura tradicional e familiar, incluindo a água, bem como a geração de emprego e redistribuição da renda; a conservação da biodiversidade e utilização sustentável dos recursos naturais; a promoção da saúde, da nutrição e da alimentação, incluindo os grupos populacionais vulneráveis; a garantia da qualidade da alimentação, estimulando práticas saudáveis que respeitem a diversidade étnica, racial e cultural da população; produção de conhecimento; implementação de políticas públicas sustentáveis de produção, comercialização e consumo, respeitando as características culturais. Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006, art. 4º.

Revista IDeAS: *Poderia falar um pouco da própria estrutura organizativa do Consea?*

Maria Emília: O Consea é um conselho de assessoramento da presidência, embora não necessariamente os conselhos sejam ouvidos. É um conselho que se orienta pelo princípio da intersectorialidade e da interdisciplinaridade. É um espaço cidadão onde se monitora políticas, manifesta críticas e onde se constrói propostas de novas políticas. O Conselho tem uma dinâmica muito viva. Nas várias gestões, ele tem tido uma boa dinâmica e, claro, muito em decorrência de sua composição – com 2/3 de representantes da sociedade civil e 1/3 de representantes de governo e a função da presidência é exercida por representação da sociedade. Ele tem especificidades que marcam sua trajetória.

Revista IDeAS: *Essa trajetória, que tem sido considerada muito bem-sucedida na maioria das vezes, vem despertando interesses de outros países para o modelo de funcionamento do Consea. Como a senhora vê a construção de diálogos no interior do Consea e as inovações em seu formato que vão se constituindo?*

Maria Emília: De fato, o Consea é um lugar da participação social, e tem suas particularidades. Num país com as dimensões e a diversidade das nossas identidades político-sociais, eu vejo como isso é importante, porque é um espaço onde ecoam várias vozes. As conferências definiram os princípios de participação no Conselho e os campos que devem ser representados, em relação às populações. No Consea, há representação

indígena, dos movimentos sociais do campo, da floresta e das águas; há representação de articulações e fóruns, de Pastorais, de pessoas com necessidades alimentares especiais, de representantes da área da saúde, da nutrição, dos consumidores, do movimento agroecológico, dos direitos humanos e também pesquisadores. Há também representação do setor empresarial. Ele é muito plural. Além disso, há uma comissão de presidentes de Conseas estaduais e, por isso, uma leitura que vem dos vários estados. Na própria representação dos movimentos, fóruns e articulações, há pessoas dos vários biomas. Eu estou salientando isso porque essa é uma perspectiva que me move. Precisamos aprofundar nossos diagnósticos no Brasil, a partir das diferenças dos biomas e suas populações. Essa é uma tarefa política essencial, é uma exigência, a meu ver, para o diálogo com as políticas públicas. Universalizar as políticas, mas sem perder de vista as especificidades das populações e das características dos biomas.

Outro aspecto que observo é que nesse momento da nossa história certos movimentos buscam o Consea como espaço de manifestação política – os indígenas, os quilombolas, os povos de matriz africana, as populações extrativistas. Isso é bem interessante porque outros movimentos de expressão nacional têm o seu canal próprio de negociação. Por exemplo, o Plano Safra nasceu no Consea em 2003, na mesma época em que nasce a proposta do PAA. No momento de negociação do Plano Safra, os movimentos do campo de expressão nacional - Via Campesina, Contag e Fretaf negociam suas pautas. Como essa proposta inclui determinados produtos e principalmente propostas de crédito e seguro agrícola, movimentos agroextrativistas da Amazônia e do Cerrado, por exemplo, com suas especificidades não integram esse Plano. Isso não significa que

esses outros movimentos não busquem o Consea como lugar para reverberar também suas propostas, suas demandas.

O Consea é formado por comissões temáticas. Algumas são relacionadas a tipos de população, por exemplo, comissão da “População Negra e Comunidades Tradicionais”, outra de povos indígenas, uma de nutrição e consumo – que é uma inovação nessa gestão agora –, direito humano à alimentação, entre outras. Cada vez que essas comissões se reúnem estão mobilizadas pelo tema central das plenárias, portanto, estão se preparando para intervir em um documento, em uma minuta que é preparada previamente, mas também estão discutindo questões específicas daquela comissão e por isso pode surgir alguma recomendação, algum posicionamento. Em cada plenária nós temos questões, posicionamentos e demandas a fazer. O Consea tem adquirido experiência de monitorar orçamento, então todo ano nós nos pronunciamos em relação ao orçamento do ano seguinte. Existe uma participação bastante significativa de representantes de governo nas várias plenárias, dependendo do tema há a participação de determinado ministro. A secretária-geral do Consea é a ministra Tereza Campello, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que participa com frequência das plenárias.

Com essa dinâmica de funcionamento, o Consea se mantém em “ebulição”. Todavia, existem questões extremamente polêmicas que enfrentamos e que não têm muito “eco”. Em minha gestão, começamos a fazer Mesas de Controvérsias. Porque talvez seja uma forma de fazer debates cidadãos que não fiquem muito aprisionados pelo formato das plenárias. Realizamos uma sobre o impacto dos agrotóxicos e outra sobre o impacto dos transgênicos. A ideia é que sejam momentos de maior possibilidade de embates, e depois, em um segundo momento, se

faz um documento que é levado à plenária, com resumo desses debates e com propostas. No caso dos agrotóxicos, fizemos uma proposta de um plano nacional de redução do uso de agrotóxicos, e no debate que realizamos levamos em conta as várias dimensões: impactos na saúde, no meio ambiente, além de debater o ponto de vista econômico, como o que representam os custos com agrotóxicos, e uma proposta de tributação, pois não podemos continuar com um estímulo à produção com agrotóxico, queremos que seja adotada a mesma perspectiva que é usada em relação aos cigarros, por exemplo.

Revista IDeAS: As Mesas de Controvérsias, ainda em seu caráter experimental, são um exercício que busca ampliar a participação, além de aprofundar temas de interesse da sociedade. Elas surgem nesse momento em que parece haver um consenso da institucionalização dos espaços de participação ao mesmo tempo em que nos vemos lidando com os dilemas da participação de um modo geral. Como a senhora vê esses limites e possibilidades e a tentativa das Mesas de Controvérsias de ampliar o debate para além do espaço do Consea?

Maria Emília: Isso. Na verdade toda vez que se realiza uma plenária do Consea pelo menos vinte ministérios são convidados. Anteriormente falei do princípio da intersetorialidade, porém não disse sobre esse aspecto fundamental que são vinte ministérios atualmente formando a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan). Então, o Conselho é um espaço que reúne governo e sociedade, e a Câmara reúne os representantes de governo, e ambos integram o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan).

Dentro da Câmara, muitas vezes se constituem comitês técnicos, e para esses comitês sempre tem indicação de alguém do Consea. Assim foi, por exemplo, quando discutimos um plano de prevenção da obesidade, ou quando discutimos uma proposta de um projeto de lei sobre política de abastecimento alimentar. As plenárias tem sempre representação de vários ministérios. Além disso, são abertas. Quando fazemos uma Mesa de Controvérsia, de fato, a participação se amplia, convidamos outras pessoas de diferentes organizações sociais e, no caso do governo, dependendo do tema, privilegia-se um ou outro ministério. Inauguramos essa iniciativa recentemente e até o final de 2013 pretendemos ter um documento para a Presidência da República com os posicionamentos.

Precisamos considerar que houve de fato uma melhora no acesso ao alimento, nos indicadores de mortalidade infantil e desnutrição no Brasil, mas não exatamente para toda população. Para a população negra, você vai encontrar índices piores e, para a população indígena, a situação está muito difícil. Contudo, não só temos que continuar dando tratamento à garantia de acesso, mas também precisamos aprofundar o debate sobre a qualidade dos alimentos. Essa é a questão. A discussão da qualidade do alimento nos coloca diretamente no confronto com o sistema de produção e consumo, por isso temos algumas questões estruturais que são chaves na discussão. Primeiro, o cerco sobre as populações tradicionais está crescendo muito; logo, a ameaça aos direitos territoriais dessas populações é um problema de enorme gravidade, assim como a concentração de terras no Brasil. Nós continuamos defendendo a reforma agrária, os direitos territoriais. Por outro lado, estamos consumindo alimentos contaminados cada vez mais porque a liberação dos transgênicos faz aumentar o uso dos agrotóxicos; por isso, precisamos também dar uma atenção muito especial ao tema.

Além disso, precisamos dar atenção para os dilemas da conservação da biodiversidade, da agrobiodiversidade. Estamos perdendo espécies e variedades das espécies muito rapidamente, pois também o processo de privatização dos bens da natureza avança. Acho que nós temos um desafio muito importante, que é aproximar mais o debate da biodiversidade com a nutrição. Porque compreender essa megabiodiversidade também do ponto de vista nutricional é bem importante para nós. A importância de dar um tratamento à questão da biodiversidade se justifica por várias razões uma vez que está em jogo a autonomia dos agricultores, bem como a diversificação do nosso padrão alimentar, que tende a se homogeneizar. Por isso gosto de dar atenção a essa diferença por bioma. O Brasil precisa se conhecer, conhecer sua diversidade, sua cultura alimentar, e reconhecer a comida como um importante patrimônio na história de um povo. Entender os vários matizes, os diferentes ângulos da crise do sistema agroalimentar, nos faz propor formas de resistência e práticas contrahegemônicas. Por isso precisamos ampliar nossas alianças. Existe um manifesto muito interessante chamado Manifesto Cozinheiro Brasileiro, escrito por chefs de cozinha e alguns pesquisadores, em que fazem uma defesa importante da agricultura familiar e da adaptação das normas de legislação sanitária para o alimento tradicional. Eu gostei de ver o manifesto; foi lançado há uns dois anos. No Consea, em breve, vamos propor alguma coisa desse tipo também, estou pensando ainda como. Aliás, fizemos um pouco esse debate no encontro do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar, o título era: “Que alimento (não) estamos comendo?” Foi muito bom, porque trouxemos à tona esse debate do ponto de vista da cultura alimentar.

Revista IDeAS: Gostaríamos de ouvir sua opinião sobre as experiências recentes de replicação de políticas públicas bem-sucedidas no país, como o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar, em outros países da América Latina e da África.

Maria Emília: Eu estou muito interessada em ver e analisar de perto como é que esses projetos estão sendo desenvolvidos. Primeiro, temos que pensar que as políticas brasileiras levam consigo as contradições que estão aqui. O PAA e PNAE são programas que se baseiam no fortalecimento da produção local, da agricultura camponesa, com valorização da alimentação local. O Programa Nacional de Alimentação Escolar, no caso brasileiro, é importante não só porque existe uma lei que estabelece a compra dos 30% da alimentação para as escolas produzidos pela agricultura familiar, mas, sobretudo, porque vem aliado a outros pontos como, por exemplo, o cardápio que leva em conta os produtos sazonais, os produtos locais, e a educação alimentar e nutricional. Isso é muito importante, significa desenvolver circuitos de proximidade ou circuitos locais.

O PAA talvez seja um dos únicos programas que apresenta um consenso entre os vários movimentos sociais. Apesar de todas as limitações e dificuldades sobre as quais estamos muito atentos, além das mudanças que queremos ver, ele é uma inovação. É um programa que fixa preço para os alimentos da agricultura familiar, mas precisamos avançar porque a chamada Política Geral de Preço Mínimo (PGPM) existe há décadas e sempre favoreceu o agronegócio. O PAA é então um programa que chega para jogar luzes sobre a política de comercialização e, mais do que isso, relaciona política de segurança alimentar e política agrícola. Mas tanto a criminalização das organizações sociais que operam o PAA,

como recentes mudanças em sua operacionalização são questões que estão a requerer um monitoramento constante do Consea.

A PGPM-Bio é uma iniciativa importante. É um bônus que se paga aos agroextrativistas que manejam alguns produtos como açaí, castanha do Brasil, babaçu entre outros. Há demanda dos extrativistas para ampliar o número de produtos da lista, assim como ainda há necessidade de articular essa proposta com o PAA.

Tive a oportunidade de participar de uma reunião na qual havia representantes de redes de segurança alimentar de vários países de língua portuguesa na Conferência da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Nessa conferência, pude ver que existe interesse deles em conhecer esses programas, pois podem significar um compromisso de seus governos de, ao invés de importar alimentos, adquirirem esses alimentos da agricultura camponesa. Isso foi muito significativo. Em um momento do debate oficial, o secretário de Agricultura de São Tomé e Príncipe fez uma crítica às políticas de ajuda alimentar afirmando que as crianças e jovens do seu país estavam recusando alguns alimentos, como um tipo de tubérculo e o leite de cabra, porque havia introjetado outros hábitos alimentares com os produtos importados. Mas precisamos conhecer melhor as experiências baseadas no ideário desses programas que vem sendo desenvolvidas em outros países, especialmente na África.

Revista IDeAS: *Em relação ao tema da conjuntura de alta dos preços dos alimentos, o Consea recentemente enviou uma Exposição de Motivos à Presidência. Como essa questão tem sido debatida no espaço do Consea?*

Maria Emília: Nós temos buscado acompanhar mais de perto a questão dos preços no Consea e estamos propondo, inclusive, uma espécie de observatório de preços. Quanto a isso também é preciso uma análise mais regional, já que há certas dinâmicas nas regiões que estão também afetando os hábitos alimentares. Temos que estar atentos porque até o preço da farinha de mandioca subiu, e a explicação generalizada é a de que o aumento se deu em razão do longo período de estiagem no Nordeste. Mas houve informações de que o preço da farinha em determinada região da Amazônia subiu muito porque é uma região de expansão do cultivo do dendê, de contratos do programa de agrocombustível da Petrobrás com os camponeses. O debate do preço está associado a uma prioridade nossa que é a de termos no Brasil uma política de abastecimento alimentar. O que nós estamos dizendo é que é preciso um investimento pesado, sistemático, para mercados populares, feiras locais, bem como a priorização de feiras agroecológicas, como forma de interferência sobre o Estado na regulação de preços. Sabemos por outro lado que programas como o PAA incidem também sobre o preço. A modalidade Formação de Estoques, por exemplo, contribui para regular o preço em determinados contextos.

Essas são prioridades sobre as quais vamos continuar insistindo: a política de abastecimento alimentar, uma política de regularização fundiária, de garantia dos direitos territoriais, retomar para a agenda o debate da reforma agrária, a redução no uso dos agrotóxicos, o controle em relação aos transgênicos, e também estamos entrando um pouco mais no debate sobre consumo. Há uma ação de Estado necessária porque a publicidade de alimentos no Brasil precisa passar por uma regulação, principalmente a publicidade de alimentos dirigida às crianças, porque cresce o consumo dos alimentos superprocessados e por

aí se explica o aumento da obesidade. Também é uma prioridade a efetivação da política de agroecologia.

Revista IDeAS: Tratando agora de outros espaços em que a senhora participa, especialmente a Articulação Nacional de Agroecologia e o Fórum Brasileiro de Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional, gostaríamos de ouvi-la sobre os avanços nas discussões da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO).

Maria Emília: No Consea, debatemos a proposta da política, mas não acompanhamos a elaboração do plano, porque para isso foi constituída uma comissão nacional. Precisamos trabalhar no sentido da interação das agendas entre a Comissão Nacional de Agroecologia e o Conselho de Desenvolvimento Rural e Sustentável.

A política de agroecologia com certeza representa uma conquista e em seu plano há várias ações que são bastante estratégicas. Gostaria de realçar, por exemplo, que as sementes entraram no plano não como insumos, mas como parte do eixo de manejo e conservação dos recursos naturais. Isso é muito importante porque ganha um outro estatuto político.

Outro tema sobre o qual estamos apostando é o da democratização do acesso a fundos públicos, uma vez que há muitos obstáculos em relação a isso hoje. Isso tem dificultado a ação de organizações da sociedade que apoiam os movimentos sociais e pequenas organizações pelo país. Outro aspecto relacionado à política de agroecologia é a construção de outra visão de assistência técnica que, aliás, na Articulação Nacional de Agroecologia, chamamos de construção coletiva do conhecimento. Por

isso, achei interessante que há um eixo da política que trata de conhecimento. Junto da elaboração do plano de agroecologia, houve um grande debate sobre uma chamada pública de ATER (Assistência Técnica Rural) de agroecologia que foi bastante interessante, e também sobre a participação das mulheres. Defendemos, junto com a representação do MDA, a ideia de 30% de recursos destinados para grupos de mulheres e 50% de participação das mulheres em todo o grupo atendido. Isso trouxe um grande debate também com várias organizações.

A PNAPO é uma prioridade para nós do Consea e ainda estamos buscando criar mecanismos para afinar um diálogo conjunto. Até porque alguns programas que são parte do debate da política de agroecologia têm sido acompanhados pelo Consea, sobretudo o PAA, o PNAE. É fundamental que essa política tenha bastante fôlego e que a gente consiga ampliar as condições de disseminar a proposta agroecológica pelo país. Isso precisa de recursos públicos, e é muito importante que a política reacenda o debate sobre a pesquisa.

Ademais, é um dado bastante importante que a política tenha retomado uma discussão como a da construção do conhecimento unindo-a a questões clássicas como o acesso a terra, os direitos territoriais. Estamos num momento muito complicado, com um processo muito célere de privatização da natureza, de restrição de direitos. Se formos fazer o levantamento da quantidade de propostas que existem no Congresso Nacional para desconstruir ou limitar esses direitos, chegamos a um número assustador. Temos consciência de que estamos na contracorrente. A proposta da agroecologia é uma proposta que mantém vivo esse embate entre modelos de agricultura, e este é um embate pesado.

Outro ponto que acabei não mencionando e que dentro do Consea tem um lugar de proeminência são os programas na região do Semiárido: o Um Milhão de Cisternas e o Uma Terra Duas Águas. O Programa Um Milhão de Cisternas foi criado pelo governo – a prática já existia por parte da sociedade, mas o convênio que é feito com a Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA) é acompanhado pelo Consea. Sempre batalhamos muito pela renovação desses convênios e nos posicionamos radicalmente contra as cisternas de polietileno que têm vindo substituir as cisternas de placa, assim como insistimos com muita veemência que é preciso valorizar e reconhecer esse papel político-pedagógico que a Articulação no Semiárido tem ao desenvolver esses programas. Esse desenvolvimento é feito com participação social muito ampla e tem uma pedagogia instalada bem interessante com eficácia educativa e política. Inclusive, é graças ao trabalho da ASA que hoje nós vemos que vem ganhando terreno a visão de convivência com o semiárido e não de combate à seca. O combate à seca está muito associado à própria indústria da seca. A visão de convivência com o semiárido é uma visão muito mais complexa e que pensa não apenas o acesso à água, mas a dinâmica social. Aquela realidade requer determinadas tecnologias e outros caminhos. A agroecologia vem sendo cada vez mais sedimentada na perspectiva da ASA, como, por exemplo, a necessidade de o poder público garantir recursos para as redes de sementes que lá existem. Somos contra substituir as sementes que são resistentes à seca, as sementes locais, nativas, pelas sementes de outras regiões ou pelas sementes híbridas. Temos que garantir que eles tenham recursos para fazer seus próprios estoques, por família, por comunidade, e é por isso que nós somos muito favoráveis à visão de construção de redes. Essa é uma insistência nossa: que os programas e as políticas sejam canalizados para fortalecer o tecido associativo e não pensar o indivíduo

beneficiado – a palavra beneficiário, aliás, não é parte do nosso vocabulário, mas temos que entender que são sujeitos de direito e é preciso fazer essa leitura em cada região do Brasil. Continuaremos monitorando e acompanhando com muita atenção a evolução desses programas com essa concepção de convivência com o semiárido.

Revista IDeAS: Por último, uma curiosidade: quando foi anunciada sua gestão do Consea, uma das principais expressões utilizadas era a de que o Conselho tinha pela primeira vez “uma mulher” na presidência. O que isso significa para a senhora? Como observa sua trajetória a partir dessa questão?

Maria Emília: Acho isso muito curioso! A minha história é marcada um pouco por isso. Por exemplo, quando eu fui presidente do Diretório Acadêmico (DA) de Serviço Social eu era a única mulher presidente de DA no Diretório Central dos Estudantes (DCE). Depois, fui para a Prefeitura de João Monlevade, e lá eu era a única mulher diretora de departamento entre os vários departamentos existentes. Posteriormente, fui para a Fase e fui a primeira diretora mulher. Quando fui para o núcleo executivo da ANA, também era a única mulher. Então, isso foi tão presente na minha história que quando disseram “a primeira mulher na presidência do Consea”... Engraçado, não tinha me ocorrido isso antes, mas não tenho nenhuma reação específica para me manifestar a esse respeito. É muito mais provável você encontrar um número maior de mulheres discutindo segurança alimentar do que um grupo de homens – desde que o tema não vire disputa por recursos ou por poder, porque aí isso muda. Então, como nós

estamos na sociedade o tempo todo denunciando, nos posicionando em relação a essas desigualdades, no Consea continuo tendo a mesma postura que tive nos demais lugares. Insisto em que analisemos como é que essas desigualdades se manifestam e fico muito atenta aos comportamentos das pessoas em relação às mulheres.

Dessa maneira, não há algo distinto, é uma trajetória. Eu estou nesse lugar como estive em outros e, seguramente, com uma consciência mais viva em relação às formas de exploração e subordinação das mulheres. Porque também aprendi com a vida e fui cada vez mais incorporando um pouco a militância nesse sentido. A cada momento procurei buscar uma coerência, e alguma rebeldia é necessária. Não podemos abdicar dela. Existem formas diferentes de manifestá-la, mas acho que, em cada momento, manifestar a indignação e buscar reagir é importante na construção da nossa história.